

O combate à fome e à pobreza – Entre os desafios e as políticas públicas de contorno das mazelas sociais no Brasil

Fernanda Barros dos Santos

Resumo

A pesquisa objetiva analisar e debater os índices da pobreza no Brasil, bem como os dados estatísticos sobre a fome entre os anos de 2009 e 2023. Para metodologia adotou a revisão de literatura sobre o assunto em destaque, bem como se debruçou sobre os dados quantitativos fornecidos pelos portais do Executivo Federal, IBGE e DIEESE. Paralelamente, a pesquisa versou sobre as políticas públicas pré-existentes de combate à fome e a pobreza, bem como realçou tópicos transversais associados ao desenvolvimento econômico e educacional da população brasileira.

Abstract

The research aims to analyze and debate poverty rates in Brazil, as well as statistical data on hunger between the years 2009 and 2023. For methodology, it adopted a literature review on the highlighted subject, as well as focusing on quantitative data provided by the Federal Executive, IBGE and DIEESE portals. At the same time, the research focused on pre-existing public policies to combat hunger and poverty, as well as highlighting cross-cutting topics associated with the economic and educational development of the Brazilian population.

Introdução

Tendo em vista a assunção da liderança brasileira concernente à presidência do “Grupo dos 20”, notoriamente conhecido como G-20, esta pesquisa propõe uma breve discussão quanto aos assuntos prioritários da agenda deste ano, quais sejam, o combate à fome, pobreza e desigualdade social. O que traz um enfoque profícuo quanto às demandas dos países em desenvolvimento, à medida que propõe uma agenda propositiva quanto à regulação das maiores economias do mundo, em meio à promoção da sustentabilidade dos processos socioeconômicos.

Neste sentido, as pesquisas voltadas à análise da população que experimenta a fome assinalam que as metodologias adequadas buscam mensurar a insuficiência de renda monetária, para alimentação adequada, sendo considerada, portanto, vulnerabilidade à fome todas as pessoas que não conseguem ter as refeições diárias básicas satisfeitas. Neste sentido, ainda no Século XXI, a nação brasileira está entre os países em que a população não se alimenta adequadamente devido à falta de renda, ou mesmo, a desigualdade de renda entre seus habitantes (HENRIQUES, 2000). Neste caso, cabe enfatizar que no auge do período da pandemia pelo vírus da covid-19, a renda domiciliar *per capita* dos brasileiros era de até R\$497 reais mensais, alcançando 62,9 milhões de brasileiros em 2021, o que representava 29,6% da população total do país. Ou seja, entre 2019 e 2021 foram 9,6 milhões de pessoas que entraram para o rol da situação de pobreza (FGV, 2022). Em comparação, em 2022, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) havia 67,8 milhões de pessoas na pobreza e 12,7 milhões na extrema pobreza (GOMES, 2023). Ainda neste ínterim, o percentual de pessoas em situação de pobreza sofreu decréscimo de 36,7% em 2021 para 31,6% em 2022, enquanto a proporção de pessoas em extrema pobreza declinou de 9,0%, em 2021, para 5,9% em 2022 (GOMES, 2023). Afinadas às questões de raça/cor, o relatório da instituição divulgou que entre as pessoas de cor ou raça preta ou parda, 40,4% eram pobres em 2022, um patamar duas vezes superior à taxa da população branca, cerca de 21%. Ademais,

segundo o órgão, a população com 60 anos ou mais, cerca de 14,8% eram pobres e 2,3% extremamente pobres, já a população com até 14 anos de idade, 49,1% eram pobres e 10,0% eram extremamente pobres. Por último, as chefes de família mulheres, sobretudo as pretas e pardas, sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos estavam entre a maioria com maior incidência da pobreza, ou seja, 71,2% eram pobres e 22,6% eram extremamente pobres (GOMES, 2023). Estes dados ajudam a analisar os índices da pobreza e a extrema pobreza consoantes à raça/cor, gênero e idade dos indivíduos que compõem a pirâmide da desigualdade social.

Neste sentido, considerando a renda média domiciliar nacional entre os anos de 2001 e 2008, identificou-se que esta estava em torno de R\$480 e R\$580, respectivamente (BRASIL, 2009). E a média nacional do valor da cesta básica, naquele período, computadas as diferenças regionais, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos era de R\$133,28 (DIEESE, 2002a). E o salário mínimo, naquele ano, era de R\$151,00, porém o salário mínimo adequado para compra de itens básicos da cesta básica, já calculada a inflação seria, de aproximadamente R\$1.004,26 (DIEESE, 2000b).

Na atualidade, em junho de 2024, o menor índice quanto ao valor da cesta básica identificado foi de R\$579,55 em Aracaju e o maior índice da cesta básica recaiu sobre a capital de São Paulo R\$826,85 (CRUZ, 2024). Sendo o salário mínimo hoje de R\$1.412,00, o Dieese estima que para o salário mínimo ideal para aquisição da cesta de alimentos seria de R\$6.946,37 mensais (DIEESE, 2000b). A partir deste cálculo entrevemos as dificuldades de alimentação daqueles que compõem a força de trabalho no país, em adição à oscilação inflacionária e as taxas de empregabilidade e renda nos diferentes estados.

Agora, no que tange aos índices de desemprego e as taxas de crescimento econômico observamos que, de acordo com o Ministério do Planejamento e do Orçamento (2023), foi verificado que no acumulado do ano, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto foi de 2,9%, no terceiro ano de crescimento após as consequências da covid-19 sobre a economia brasileira. Segundo o ministério, com ênfase para a expan-

são da atividade agropecuária e o setor de serviços (BRASIL, 2023a). Este parecer se coaduna às tendências apresentadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entre 2018-2023, no relatório de crescimento econômico se esboçava que a economia teria um ritmo de crescimento da ordem de 2,5% a 3,0% “sem o surgimento de maiores pressões inflacionárias” (BNDES, 2018, p.54).

Em relação aos índices do desemprego, constatamos que no primeiro trimestre de 2024 houve 8,6 milhões de pessoas desempregadas (desocupadas), e a taxa de desocupação estava em 7,4%, os desalentados totalizam 3,6 milhões de pessoas, por último a taxa de subutilização esteve em 17,9%. Em perspectiva comparada, anteriormente, em 2022, a taxa de desocupação era de 8,7%, seguida pela taxa de subutilização em 18,5%, cerca de 24,1 milhões de pessoas no mesmo período. Para finalizar, a taxa de desemprego atingiu 9,3% em 2022 (IBGE, 2024). A comparação entre os anos de 2022 e 2024 mostra que a taxa de desocupação em 2 anos teve decréscimo de 1,3%, por outro lado, a diferença entre os anos para a taxa de subutilização houve a queda percentual de 0,6% (IBGE, 2022). Em linhas gerais, ambas as taxas são indicadores essenciais concernentes à força de trabalho presente no mercado de trabalho, tornando primordial a assunção das políticas públicas específicas voltadas ao estímulo da empregabilidade e renda, conjugadas às políticas de combate à fome e à pobreza. Somando-se o quadro da pobreza e fome vivenciado pelo povo brasileiro, principalmente quando conferido o relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), este indica que, em 2022, 70,3 milhões de pessoas estavam em estado de insegurança alimentar e 21,1 milhões de pessoas, no mesmo ano, em insegurança alimentar grave, caracterizado por estado de fome no país (BRASIL, 2023a).

Metodologia

A metodologia adotada por esta pesquisa recaiu sobre a revisão de literatura sobre a temática da pobreza e o combate à fome no Brasil, bem

como foi aplicada a coleta e análise de dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os anos de 2019-2024 e o DIEESE (2000-2002). Assim como, o *corpus documental* da pesquisa recaiu sobre os relatórios e documentos fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como no mapeamento e identificação das políticas públicas focalizadas no combate à pobreza e à fome, também sobre enfoque das pautas correlatas.

1. Questões sobre a fome e a pobreza no Brasil

De acordo com Castro, observa-se que no Brasil existem diferentes tipos de fome, dada a desintegração em áreas urbanas, metropolitanas e rurais. Ou seja, a fome e a pobreza se distribuem de maneira diferente por diferentes territórios (CASTRO, 1946).

O mapeamento e análise de toda extensão territorial brasileira revelou que o nível de desigualdade social disseminada pelos pontos cardeais se apresenta consoante à distribuição alimentar e às políticas públicas atuantes em zonas sucessoras da burguesia. Assim, ao nortear as regiões mais afetadas pelo índice de insegurança alimentar e situação de pobreza extrema, fica possível identificar a população passível a privação alimentar adequada devido seus aspectos geográficos, socioeconômicos e políticos (FERNANDES, 24-08-12 Lucas Tasquetto 2009).

No decorrer dos anos, até o advento da modernidade, o retrato do mapa da fome e da pobreza no Brasil ainda se encontra em números bastante preocupantes por conta da carência no consumo de uma alimentação saudável, bem como abarca uma ampla parcela da população de baixa renda (*IDEM*). As constatações a que se refere o autor, portanto, são contrárias ao que dispõe a Lei 11.346/2006, quando observada a temática da segurança alimentar no seguinte termo:

art. 3º – A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade,

em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Segundo inquéritos da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) levantados em 2021, os resultados analisados por algumas regiões ainda apresentam o efeito contínuo da negligência do poder público. Nas zonas Sul/Sudeste e Centro-Oeste do País, a população com índice de insegurança alimentar se apresenta moderada nas áreas rurais. Por outro lado, no Norte e Nordeste do País, as populações rurais (agricultores familiares, quilombolas, indígenas e ribeirinhos) são os que mais sofrem com a fome e o nível de pobreza.

O Panorama da fome e da pobreza no Brasil, ao longo dos anos, vem apresentando um quadro significativamente cíclico em relação a determinados corpos e territórios atingidos por políticas internas do Estado. Assim, vale ressaltar que no modelo de produção capitalista vigente, a reverberação da desigualdade social não está vinculada à escassez de alimentos na produção agrícola ou políticas públicas, ela é um projeto político. (LUCIANO; CORREIA, 2022).

Outrossim, ao ponderarmos sobre os números das assimetrias sociais descortinadas anteriormente, é cabível aventar as origens históricas e culturais vinculadas à nossa formação socioeconômica. Nesses meandros, a escravidão dos povos indígenas e africanos possibilitou a construção de uma estrutura latifundiária, monocultora, elitista e subdesenvolvida (MILANÊS; SÁ, 2019), (MATTOS, 2014). Por este prisma analítico, a continuidade da estrutura colonial e arcaica se manteve viva ao longo dos anos, bem como cresceu junto à industrialização tardia via importação de tecnologia e manufaturados na década de 1950, com o advento da entrada das transnacionais (BRESSER-PEREIRA, 2003). Outro dado relevante sobre a mirada brasileira reside no atraso no âmbito educacional, o acesso das classes populares, em seus três segmentos, à

educação de qualidade também compõe variável relevante para o desenho da pobreza. Sobretudo pelos problemas de acesso das populações afrodescendentes e indígenas aos bancos escolares desde o período colonial (BASTOS, 2016). O último censo escolar (2023) apresentou dados da educação no país, dessa maneira, foi constatada a defasagem de idade em relação à etapa que deveriam cursar, no ensino fundamental e médio, principalmente os alunos do sexo masculino, quando comparado ao sexo feminino. Ou seja, a taxa de distorção idade-série é de 26,4% para o sexo masculino e de 18,3% para o feminino (INEP, 2023, p.17).

Demais, a presença majoritária de pretos e pardos se faz na educação de jovens e adultos (EJA), estes representam 74,9% do alunado nas escolas públicas da nação. No que diz respeito ao acesso à internet nas escolas, o acesso à internet banda larga é mais abrangente no ensino médio do que no fundamental. Assim, sobressaem os maiores percentuais de escolas com internet banda larga nas regiões Sudeste, Centro Oeste e Nordeste, com 97,0%, 89,4% e 88,9%, respectivamente. O menor percentual de internet banda larga está no Sul do País, onde esse recurso é encontrado para 77,2% das escolas (INEP, 2023, p.24). Em linhas gerais, ao observarmos os índices educacionais podemos entrever que as disparidades regionais impactam na renda dos brasileiros, bem como apresentam interlocução com os níveis de pobreza. Ribeiro (2027) acrescenta que “em uma conjuntura em que haja excessiva oferta de mão de obra escolarizada, aqueles que apresentam os maiores níveis de escolaridade utilizarão esses atributos para conseguir melhor inserção no mercado de trabalho no que se refere à obtenção de renda” (RIBEIRO, 2017, p.186).

Em simetria, Albuquerque (1995) analisa que um dos fatores primordiais para a erradicação da pobreza e o combate à miséria consiste na distribuição da riqueza, neste aspecto se discute a repartição inter-regional e interpessoal de renda. A avaliação do teórico é que uma das fórmulas à promoção da igualdade social é a elevação dos níveis de conhecimento por intermédio da expansão do produto social, ou seja, a expansão da educação e da qualificação para o trabalho. Em

outras palavras, a profilaxia está na satisfação das necessidades básicas com a inclusão na economia. Em concomitância, a formação de capital humano deve prescindir da capacitação de jovens e adultos (curto-médio prazo), bem como a formação profissional de crianças e adolescentes (médio-longo prazo), com ênfase para a complexidade das transformações tecnológicas na contemporaneidade no mercado de trabalho. Observadas as dimensões produtivas robotizadas, a questão do território e a territorialidade para a produção de alimentos (ALBUQUERQUE, 1995, p. 99). Neste sentido, o Nordeste e Norte do país tendem a apresentar maior dimensão da pobreza e fome, haja vista a dependência da população do mercado de trabalho local, sobretudo as pequenas cidades, além do baixo crescimento econômico da economia rural, região que abriga a maioria da população pobre. Em que, “se encontram em estado de letargia ou em franca regressão econômica e mesmo demográfica, apresentando grande incidência de subemprego” (ALBUQUERQUE, 1995). Desse modo, a proposta para solucionar as desigualdades sociais seria a viabilidade de vocações produtivas que visem fomentar mais empregos, revitalização das bases agrícolas, “seja mediante novas e mais dinâmicas interligações com os mercados regional e nacional” (ALBUQUERQUE, 1995, p.100). A ideia é que os mais pobres possam encontrar chances de mobilidade social a partir de programas e políticas públicas que objetivem a integração regional ao nacional, além do incentivo à continuidade educacional. Em outros termos, “é importante o acesso dos pobres a terras agricultáveis e de dimensões adequadas (seja mediante sua aquisição, seja mediante arrendamento de longo prazo)” (ALBUQUERQUE, 1995).

Em suma, de acordo com Arrais (2016), os níveis de desenvolvimento das regiões se explicam pelo processo de integração econômica nas escalas nacional e internacional. O que corrobora à leitura quanto ao desenvolvimento do Sudeste, sobretudo São Paulo, confirmado pelos altos salários e o custo de vida elevado, essa diferença entre regiões desafiam o poder de compra populacional e se associam à base da pirâmide social, principalmente a renda dos domicílios particulares (ARRAIS, 2016,

p.222). Portanto, a categoria econômica renda é parâmetro classificatório e serve para mensuração da pobreza estrutural. Todavia, enquanto categoria política, alerta Arrais, a pobreza de algumas nações incide sobre a riqueza dos países centrais e dos processos exploratórios, sendo esta uma condição do capitalismo. Além dessa condição, destacamos ainda as condições conjunturais, as quais são potencializadas ao longo das crises econômicas mundiais, tornando o quadro crônico (ARRAIS, 2016).

2. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e as estratégias governamentais de combate à fome e à pobreza

Em 2022, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome criou uma série de estratégias de combate à fome e à pobreza. De acordo com a instituição foram contabilizados 33 milhões de pessoas passando fome. Neste íterim foi gestado “O Plano Brasil Sem Fome”, de acordo com o governo, o planejamento estratégico conta com 80 ações e programas com mais de 100 metas propostas pelos vinte quatro ministérios que compõem a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) (BRASIL, 2023a). As ações prioritárias residem em: acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania, alimentação adequada e saudável, da produção ao consumo, bem como mobilização para o combate à fome. Outrossim, segundo a instituição, foram adotadas medidas como: aumento da renda disponível das famílias para compra de alimentos; mapeamento e identificação de pessoas em insegurança alimentar para inclusão em políticas de proteção social e acesso à alimentação. Seguido da mobilização dos governos, dos poderes públicos e da sociedade civil para integrar esforços e iniciativas de combate à fome (MDS, 2024).

Em termos pragmáticos, o principal programa social de transferência de renda, o Bolsa Família, segundo o governo federal, em 2023, acomodou 21,3 milhões de famílias. No ano anterior, foram cobertas 19,2

milhões de famílias beneficiárias, em 2024 foram 20,8 milhões de beneficiários. Ademais foram destinados 14,1 bilhões de reais em média para a política pública de transferência de renda, bem como o valor médio repassado às famílias foi de R\$670,36, em 2023, de acordo com os dados oficiais do Estado, cabendo ressaltar que no ano anterior o valor do benefício era de R\$394,48. Dentre outros programas de transferência de renda, o benefício Primeira Infância, tem dado um adicional de R\$150 para cada criança de zero a seis anos de idade nas famílias beneficiárias, atingindo 9,6 milhões de crianças, segundo dados governamentais, um repasse de 1,35 bilhão de reais (BRASIL, 2023a). No quesito perfil dos beneficiários, a instituição informa que são 22 milhões destinados a 462 mil gestantes, R\$20 milhões para 420 mil nutrízes, R\$578 milhões para 12,6 milhões de crianças e adolescentes de sete a dezesseis anos de idade e, somados a isso, o governo informou que foram mais R\$136 milhões para 3 milhões de adolescentes de 16 a 19 anos (BRASIL, 2023a).

3. A concentração de renda no país e os desdobramentos para desigualdade de renda

Agora, na pauta sobre concentração de renda, entre 2012 e 2019, cerca de 70 mil pessoas se apropriaram dos 8% de toda a riqueza nacional Correa *et al* (2023), as pesquisas apontaram que os ricos não sofreram as consequências da crise econômica ocorrida em meados de 2014, segundo os teóricos, os mais ricos permaneceram nesses anos com a posse da renda nacional concentrada em suas mãos. Ou seja, o centésimo e o milésimo mais ricos do país concentraram, nesses oito anos, cerca de 24% e 10% da renda nacional, respectivamente. Em paralelo, “houve leve aumento no último ano, em 2019, o 1% mais rico do país superou os 25% de posse de renda nacional, e o 0,1% superior chegou a pouco mais de 11%.” CORREA *et al*, (2023).

Por último, a análise quanto à concentração de renda mostrou que os resultados dos rendimentos sujeitos à tributação exclusiva, lucros e dividendos e rendimentos de sócio/titular de micro e pequena empresa

fogem à tributação progressiva do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRPF), razão pela qual a concentração maior que o índice de Gini¹, total calculado em 10% em 2019. Em outros termos, a tributação das grandes fortunas no país ainda é irrisória perto dos impostos pagos pelas classes médias e as classes populares.

4. Entre a pauta agroexportadora e o mercado interno de alimentos

Convém frisar que a tradição agroexportadora brasileira está pautada na elevada dependência externa de insumos (fertilizantes, medicamentos etc.), em acréscimo à produção de soja, milho e pecuária em geral conformam a dependência dos preços das mercadorias no mercado interno com base nas cotações externas dos produtos referenciados anteriormente, impactando diretamente nos preços praticados internamente. Neste sentido, também é fator decisivo a alta do combustível, cujo peso do transporte dos produtos agrícolas é basicamente feito por rodovias (IEA, 2022). A opção pela pauta externa agroexportadora cria uma série de impedimentos ao consumo de alimentos pelo povo brasileiro.

Em última instância, Silva e Souza (2024) avaliam que as correlações de forças entre a agricultura familiar e o agronegócio resultam nas bases da perspectiva econômica neoliberal. E a estrutura da formação social brasileira em paralelo à questão agrária são frutos da acumulação primitiva, do colonialismo, latifúndio e a escravização, conformando determinantes as especificidades de nossa economia, dependente e periférica. Em prosseguimento, a expropriação e exploração dos trabalhadores culminou na concentração de terras e do uso da violência como mecanismo de execução dessa expropriação e exploração dos povos originários e dos grupos que compõem a agricultura familiar. Ou seja,

1 O índice Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo.

destaca-se que “a agricultura familiar não usufrui, porém, emprega de forma mais digna seus trabalhadores, faz manuseio reduzido de agrotóxicos e abastece de alimentos, prioritariamente, o mercado interno e a população brasileira“. Além disso, devemos observar a representação política do agronegócio nas instituições de poder e tomada de decisão, a exemplo do Senado Federal e a legislação proposta que visa a proteção dos interesses dos grandes proprietários de terra, em contraposição aos interesses do mercado interno condizente à pauta de alimentos (SILVA; SOUZA, 2024, p.97).

Considerações finais

Em linhas gerais, a pesquisa procurou identificar os dados da pobreza e da fome no Brasil, no século XXI, para tanto buscou mobilizar os índices governamentais quanto à pobreza, fome, renda e desemprego. Outrossim, indicou e analisou as causas das opressões sociais verificadas ao longo do estudo, quais sejam, as questões orçamentárias, os elementos educacionais e as dissimetrias regionais enquanto agravantes da condição de pauperização observada. Aliás, avaliou as medidas efetivadas pelo governo federal no eixo dos programas de transferência de renda e as medidas necessárias à superação da pobreza e da miséria histórica no país. Em simetria, busca-se realçar a importância da presidência brasileira na agenda do G-20, sobretudo no combate à pobreza e à fome. O que irá colaborar para o desenvolvimento sustentável em díspares esferas (econômica, social e ambiental), bem como modificações na governança global. Contudo, esta pesquisa de caráter exploratório e preliminar, admite que mais exames sobre este assunto são cruciais para o debate proposto.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza. *Estudos Avançados*, v.9, n.4, 1995.

BASTOS, Maria Helena Câmara. A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX). **Cadernos de História da Educação**, [Uberlândia], v. 15, n. 2, p. 743-768, maio/ago, 2016.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Perspectivas DEPEC 2018, abril de 2018. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14760/1/Perspectivas%202018-2023_P.pdf Acesso em:20/06/2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social prepara plano para retirar o país do Mapa da Fome novamente. Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO. **Mapa da Fome Brasil**. 12 de julho de 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao> Acesso em:20/06/2024.

_____. Ministério da Saúde. **Indicadores socioeconômicos**. IDB, 2009. Disponível em:http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2009/bo8uf_tot.htm Acesso em: 23/06/2024.

_____. Ministério do Planejamento e Orçamento. Indicadores Econômicos. 1 de março de 2024. Disponível em:<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/economia-brasileira-fecha-2023-com-crescimento-de-2-9/indicadores-economicos-pib-2023.pdf> Acesso em:20/06/2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

CASTRO, J. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). 1. ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

CORREA, André Luiz. BREVIGLIERI, Tatiana Figueiredo. A concentração da renda entre os ricos no Brasil, 2012-2019. **Nova Economia**, v.33 n.2, p. 449-474, 2023.

CRUZ, Elaine Patrícia. Cesta básica registra aumento em 11 capitais em maio, aponta Dieese. **Agência Brasil**. 6 de junho de 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-06/cesta-basica-registra-aumento-em-11-capitais-em-maio-aponta-dieese> Acesso em:20/06/2024.

DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica Preços médios por capital e por produto. **Relatório Técnico**. Fev. de 2002a, DIEESE. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/2002/tabc2002.pdf> Acesso em:20/06/2024.

_____. Pesquisa Nacional de Cesta Básica de Alimentos. DIEESE. **Metodologia**. 2000b. Disponível em:<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2000> Acesso em:20/06/2024.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

FGV. **Mapa da pobreza:** Estudo revela que 29,6% dos brasileiros têm renda familiar inferior a \$497 mensais. Portal Fundação Getúlio Vargas. 18 de julho de 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/mapa-nova-pobreza-estudo-revela-296-brasileiros-tem-renda-familiar-inferior-r-497-mensais> Acesso em: 20/06/2024.

GOMES, Irene. Pobreza cai 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021. In: AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Síntese de Indicadores Sociais**, 6 de dezembro de 2023. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021#:~:text=Em%20termos%20de%20contingente%2C%20em,hoje%20\(06\)%20pelo%20IBGE.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021#:~:text=Em%20termos%20de%20contingente%2C%20em,hoje%20(06)%20pelo%20IBGE.) Acesso em: 02/02/2024.

HENRIQUES, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, Ipea, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em: 20/06/2024.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. Produção de Commodities e Segurança Alimentar no Brasil. v. 17, n. 7, julho de 2022. Disponível em: <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-31-2022.pdf> Acesso em: 02/02/2024.

INEP. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica. Resumo Técnico**, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf Acesso em: 20/06/2024.

LUCIANO, C. dos S., & CORREA, P. B. A fome como projeto político da burguesia antinacional brasileira. **Revista Katálysis**, v.25, n.3, p. 478–487, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86244>. Acesso em: 29 jun. 2024.

MATTOS, Hebe. **Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil**. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, p. 255-273, 2014.

MILANÊS, Felipe. SÁ, Lúcia. Existência e Diferença: O Racismo Contra os Povos Indígenas. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 10, N. 03, p. 2161-218, 2019.

MDS. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social Família e Combate à Fome. Plano Brasil Sem fome. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Brasil_sem_Fome/Plano/Apresentac%CC%A7a%CC%83o_Brasil_Sem_Fome_Atualizada.pdf Acesso em: 15/06/2024.

REDE PENSSAN. Inquérito nacional sobre a insegurança alimentar no contexto de pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 29 jun. 2024.

RIBEIRO, Marcelo Gomes. Desigualdades de renda: a escolaridade em questão. **Educ. Soc., Campinas**, v. 38, nº. 138, p.169-188, 2017.

SOUZA, Maria Alécia Michelle Ferreira de Lima de.; SILVA, Sheyla Suely de Souza. Agronegócio e agricultura familiar: interesses econômicos e abastecimento interno em debate. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 55, p. 85-100, 2024.

Fernanda Barros dos Santos é Professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH). Foi Pesquisadora Visitante na Universidade de Wisconsin-Milwaukee (UWM) (2024). Doutora em Ciência Política (UFF). Mestre em História Comparada (UFRJ).